



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA**

**Processo nº** : 10980.009264/2003-47  
**Recurso nº** : 129.711  
**Acórdão nº** : 303-32.577  
**Sessão de** : 10 de novembro de 2005  
**Recorrente** : L. B. DOLINSKI & CIA. LTDA.  
**Recorrida** : DRJ-CURITIBA/PR

DCTF. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. O instituto da denúncia espontânea não é aplicável às obrigações acessórias, que se tratam de atos formais criados para facilitar o cumprimento das obrigações principais.

**RECURSO NEGADO.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, negar provimento ao recurso voluntário, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Marciel Eder Costa e Nilton Luiz Bartoli, que davam provimento.

  
ANELISE DAUDT PRIETO  
Presidente

  
NANCI GAMA  
Relatora

Formalizado em: 09 MAR 2006

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Zenaldo Loibman, Sérgio de Castro Neves, Silvio Marcos Barcelos Fiúza e Tarásio Campelo Borges. Esteve presente o Procurador da Fazenda Nacional Leandro Felipe Bueno Tierno.

Processo nº : 10980.009264/2003-47  
Acórdão nº : 303-32.577

## RELATÓRIO

Trata o presente processo de auto de infração que exige crédito tributário de R\$ 2.000,00, correspondente à multa por atraso na entrega das DCTF referentes ao primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres do ano de 1999.

Inconformada com o lançamento, o Recorrente interpôs tempestivamente impugnação, na qual argumenta, essencialmente, que a penalidade seria indevida, por força do artigo 138 do CTN, posto que as DCTF teriam sido entregues antes do início de qualquer procedimento fiscal, caracterizando-se a incidência de denúncia espontânea.

No que tange ao fato de tratar-se de obrigação acessória, alega que, pelo disposto no artigo 113, parágrafo 3º, esta ter-se-ia convertido em obrigação principal, quando de sua inobservância, incidindo, portanto o artigo 138, do CTN.

O órgão de origem (a Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Curitiba/PR) indeferiu o pedido. Fundamentou sua decisão, na não aplicação do artigo 138 do CTN à hipótese em discussão, por tratar-se de obrigação acessória.

Ciente desta decisão, o contribuinte recorreu da decisão junto ao Conselho de Contribuintes. Além dos argumentos previamente aduzidos em impugnação, acrescenta os seguintes:

(i) a decisão feriria princípios do Direito Tributário (em seu artigo 112, II) e Penal, no que fiz respeito à hermenêutica da lei tributária, ao não aplicar a interpretação mais favorável ao acusado;

(ii) a DCTF seria ilegal por não ter sido instituída por lei.

Anexa, ainda, farta jurisprudência a favor de sua tese.

É o relatório.



Processo nº : 10980.009264/2003-47  
Acórdão nº : 303-32.577

## VOTO

Conselheira Nanci Gama, Relatora

O Recurso Voluntário reúne os pressupostos de admissibilidade previstos na legislação que rege o processo administrativo fiscal e deve, portanto, ser conhecido por esta Câmara.

A questão central cinge-se à aplicação de penalidade pelo atraso na entrega da DCTF do primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres do ano de 1999, tendo o Contribuinte, espontaneamente, cumprido essa obrigação, ainda que a destempo, o que, a seu ver, nos termos do art. 138 do CTN, afasta a imposição de multa por parte da Fiscalização.

Com efeito, é pacífico, tanto na esfera judicial quanto administrativa, o entendimento de que o referido dispositivo do Código Tributário Nacional não se aplica às obrigações tributárias acessórias, tal qual a entrega da DCTF.

É nesse sentido que o Superior Tribunal de Justiça vem decidindo e também este Terceiro Conselho de Contribuintes, do qual esta Relatora faz parte. A referendar o que ora se afirma, transcrevem-se as seguintes ementas:

“TRIBUTÁRIO. ENTREGA COM ATRASO DA DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES E TRIBUTOS FEDERAIS. DCTF. MULTA MORATÓRIA. CABIMENTO.

1. É assente no STJ que a entidade "denúncia espontânea" não alberga a prática de ato puramente formal do contribuinte de entregar, com atraso, a Declaração de Contribuições e Tributos Federais – DCTF. As responsabilidades acessórias autônomas, sem qualquer vínculo direto com a existência do fato gerador do tributo, não estão alcançadas pelo art. 138, do CTN.

**2. É cabível a aplicação de multa pelo atraso ou falta de apresentação da DCTF, uma vez que se trata de obrigação acessória autônoma, sem qualquer laço com os efeitos de possível fato gerador de tributo, exercendo a Administração Pública, nesses casos, o poder de polícia que lhe é atribuído.**

3. A entrega da DCTF fora do prazo previsto em lei constitui infração formal, não podendo ser considerada como infração de natureza tributária. Do contrário, estar-se-ia admitindo e incentivando o não-pagamento de tributos no prazo determinado, já que ausente qualquer punição pecuniária para o contribuinte faltoso.

Processo nº : 10980.009264/2003-47  
Acórdão nº : 303-32.577

4. Agravo regimental desprovido”.

(STJ, 1ª Turma, AGA 490441 / PR, DJ de 21/06/2004 - grifou-se)

*“OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES E TRIBUTOS FEDERAIS. DCTF. MULTA POR ATRASO NA ENTREGA.*

A cobrança de multa por atraso na entrega de DCTF tem previsão legal e deve ser efetuada pelo Fisco, uma vez que a atividade de lançamento é vinculada e obrigatória.

DENÚNCIA ESPONTÂNEA.

O instituto da denúncia espontânea não é aplicável às obrigações acessórias, que tratam-se de atos formais criados para facilitar o cumprimento das obrigações principais, embora sem relação direta com a ocorrência do fato gerador. Nos termos do art. 113 do CTN, o simples fato da inobservância da obrigação acessória converte-a em obrigação principal, relativamente à penalidade pecuniária.

NEGADO PROVIMENTO POR UNANIMIDADE.”

(Terceiro Conselho de Contribuintes, Segunda Câmara, Recurso Voluntário 124.843, Sessão de 16/10/2003 - grifou-se)

Diante do exposto, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao presente Recurso Voluntário, mantendo a penalidade aplicada, pelas razões acima expostas.

É como voto.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 2005.

  
NANCI GAMA - Relatora